

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE PESQUISA
DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**

**REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO E NO ESCRITÓRIO DA
SEDE EM BRASÍLIA, EM 26.06.2017.**

ATA nº 372

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e dezessete, às 11h reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, por vídeo conferência, no Escritório da Sede em Brasília, localizada no Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, Edifício Central Brasília com a presença dos Conselheiros Titulares, Frederico Bedran Oliveira, Erick Biill Vidigal (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Mariana Padrão de Lamônica Freire, Titular (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, Palmiro Franco Capone. Participaram da reunião o Chefe da Divisão de Execução Orçamentária, Suliman Tadei, o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral, Gilberto Aguilera, o Chefe da Auditoria Interna, Juliano de Oliveira, a Chefe da Divisão de Estudos e Pareceres, Maria Aparecida da C. Lima, que estavam no Escritório do Rio de Janeiro. Iniciada a reunião o Conselheiro Frederico Bedran Oliveira, no exercício da Presidência do Conselho Fiscal, solicitou o exame dos itens da Pauta: **PRIMEIRO ITEM – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – O Chefe do DECOF, Suliman Tadei, apresentou a posição em 09 de junho do Orçamento das Despesas Discricionárias, cuja LOA estabeleceu o total de R\$ 85,1 milhões, com o limite de R\$ 39,7 milhões. A Execução Orçamentária representou 57% do limite. Na oportunidade, o CF foi informado sobre a situação da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, cujo valor da LOA de R\$ 27,9 milhões está inserido no limite citado. Importante mencionar que este valor já representava 53% do valor inicialmente estipulado para 2017. Em relação ao



orçamento do PAC, de R\$ 35,1 milhões o limite é de R\$ 20,7 milhões, tendo sua execução atingindo 12,3% do limite. A execução será compensada no segundo semestre de 2017. Quanto aos Restos à Pagar, apresentou o demonstrativo de evolução positiva, cujo saldo em maio era de R\$ 11,9 milhões para as despesas Discricionárias e R\$ 2,5 milhões relativas ao PAC. A CPRM continua mantendo entendimentos com o MME, para ampliação do limite financeiro e solução dos recursos da Bacia. **SEGUNDO ITEM – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** – O Chefe da Divisão de Contabilidade Geral, Gilberto Aguilera, informou que o Relatório do Grupo de Trabalho constituído com o objetivo de avaliar alternativas para a cobrança de IPTU do Escritório do Rio de Janeiro encontra-se em fase final de redação e será enviado à Presidência da CPRM nos próximos dias. Relatou que os balancetes dos meses de abril/2017 e maio/2017 serão entregues na próxima reunião. Informou que em 12 de junho de 2017 foram publicadas as Demonstrações Contábeis da CPRM referente ao Exercício de 2016, considerando os saldos reapresentados de 2015, de forma comparativa. Relatou que, na mesma data, a CPRM enviou o Ofício nº 60/2017-PR/CPRM à Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informando a regularização, junto à COPAR/STN, dos registros contábeis considerados inapropriados relativos aos ajustes de avaliação patrimonial corrigidos desde 2014. Dessa forma, cumprindo assim as exigências que inviabilizavam a convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e enviando todos os documentos para a sua realização. **TERCEIRO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA** – O Chefe da Auditoria Interna Juliano Oliveira informou que na próxima reunião entregará e apresentará as Notas Técnicas solicitadas na reunião nº 371 referentes aos contratos 049/PR/2016, celebrado com à Rio Minas – Terceirização e Administração de Serviços Ltda, 005/PR/2017, celebrado com Toledo Paoliello Cabral Sociedade de Advogados e o contrato 010/PR/2017, celebrado com a



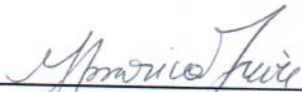
Fundação Dom Cabral. **QUARTO ITEM** – OUTROS ASSUNTOS / QUADRO DE PENDÊNCIAS – O CF solicitou para a próxima reunião as últimas atas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, o relatório final sobre a situação do IPTU, a relação de todos os contratos vigentes de prestação de serviços jurídicos e a apresentação da análise que será entregue em setembro à CGU, referente à CGPAR nº 09, de 10.05.2016. A seguir, sem mais assuntos, a reunião foi dada como encerrada. A próxima reunião será oportunamente agendada.



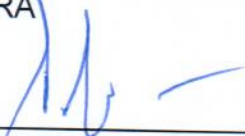
FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



ERICK BILL VIDIGAL
CONSELHEIRO



MARIANA PADRÃO DE LAMÔNICA FREIRE
CONSELHEIRA



PALMIRO FRANCO CAPONE
SECRETÁRIO-GERAL